



FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM CURSOS DE LICENCIATURA: UM RELATO SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS ENCONTRADAS NOS ANAIS DA ANPED E DO ENDIPE

Taniamara Vizzotto Chaves

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Os conhecimentos relativos à formação pedagógica para a formação de professores têm recebido crescente atenção das produções acadêmico-científicas da área da educação. Tais conhecimentos devem articular-se com o conhecimento disciplinar, entretanto, além da desarticulação, verifica-se que, historicamente, este ainda representa dimensão preponderante sobre aquele. Esta pesquisa exploratória objetivou investigar de que forma a temática “formação pedagógica em Cursos de Licenciatura” é apresentada pelas produções constantes dos anais dos eventos ENDIPE e ANPEd na última década. Os resultados apontam para o consenso sobre a insuficiência do conhecimento disciplinar e a importância da formação pedagógica para uma adequada formação para a docência, o reconhecimento da dicotomia entre estes componentes nos Cursos de Licenciatura e a secundarização desta última, comparativamente ao primeiro. Evidenciamos, ainda, que as produções concentram-se tanto no estudo da formação pedagógica de modo amplo, quanto no estudo de uma disciplina em específico.

Palavras Chave: Formação de professores; Saberes docentes; Cursos de Licenciatura; Formação pedagógica.

Introdução

Desde a década de 1980 emergem investigações centradas no professor e no seu pensamento e conhecimento, voltadas para a identificação e compreensão dos diferentes saberes explícitos e implícitos na prática docente, caracterizadas por uma considerável diversidade conceitual e metodológica. Decorrem desta vasta produção diferentes concepções e tipologias - tais como as encontradas nas produções de Gauthier et al. (1998), Shulman (1987), Pimenta (2005), Tardif (2002), Garcia (1999), Freire (2001), Perrenoud (2000), entre outros - comumente identificadas no meio acadêmico como “saberes docentes”. Esses estudos visam transcender os estudos pautados na análise mecanicista de modelos (considerados) bem-sucedidos de atuação docente e que servem, no momento considerado, de parâmetro para o desenvolvimento da formação de professores como campo de conhecimento e de intervenção (MONTERO, 2001).

Ressalvadas as diferenças de ordem conceitual e metodológica das produções supracitadas, consideramos, em análise a essas tipologias, que duas categorias são referenciadas de modo recorrente: os saberes referentes à formação disciplinar e os saberes referentes à formação pedagógica. Essa recorrência pode indicar que ambas representam elementos fundamentais a uma formação adequada e de qualidade, na qual a sua articulação se coloca como condição precípua.

A necessidade de articulação entre os saberes disciplinares e os saberes pedagógicos estabelece-se como uma das prerrogativas fundantes da formação de professores a insuficiência de que um professor domine os conhecimentos específicos de sua área de conhecimento em detrimento de uma consistente formação pedagógica (GAUTHIER et al., 1998). Na mesma proporção, esta última constitui-se em dimensão insuficiente para a atuação docente se o domínio do conhecimento específico ou disciplinar, que caracteriza e delimita determinada área de conhecimento, não for adequado.

Entretanto, historicamente, a formação pedagógica em cursos de licenciatura é secundarizada em relação ao conhecimento disciplinar, tanto do ponto de vista legal, quanto de parte da organização e desenvolvimento dos cursos e de suas disciplinas e atividades. Mesmo diante do consenso, no âmbito da produção acadêmico-científica, acerca da importância e da imprescindibilidade destes dois componentes para a adequada formação de um professor, os mesmos têm sido tratados e tomados de forma desarticulada e desconexa.

Com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica¹, reconhece-se que esses ordenamentos legais manifestam preocupação em relação à dicotomia e à hierarquia consolidada entre saberes pedagógicos e saberes disciplinares e garantem o “conhecimento pedagógico” como componente dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor. Entretanto, ainda que essa condição represente um avanço na política de formação dos professores, há que se indicar que a formação pedagógica carece, nesses documentos, de maior consistência conceitual e de prescrições específicas à sua efetiva garantia nas configurações curriculares dos cursos de licenciatura.

Há que se ressaltar, não obstante este estado de coisas, que o “conhecimento pedagógico”, como componente dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor, tem recebido considerável atenção do ponto de vista do crescente número de pesquisas e de publicações acadêmico-científicas referentes a este tema.

¹ Resolução CNE/CP 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002 e Resolução CNE/CP 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002.

Considerando a problemática acima delineada, realizamos uma pesquisa exploratória em produções acadêmico-científicas, especificamente, os trabalhos completos publicados nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), na última década, com o objetivo de identificar, descrever e analisar como a temática “formação pedagógica em cursos de licenciatura” tem sido pesquisada, estudada e abordada.

Consideramos que tal estudo, ao possibilitar uma visão panorâmica do estado da arte da produção acadêmico-científica relativa a este tema, pode contribuir tanto com a identificação de elementos que representam, atualmente, consensos e tendências no âmbito de tal produção, quanto com a delimitação de demandas à produção do conhecimento - a qual provém, indubitavelmente, das demandas da realidade.

A formação pedagógica dos professores: os saberes docentes como marco teórico-conceitual

No que se refere aos pressupostos teóricos relativos à formação pedagógica em cursos de licenciatura, em análise às categorias que constituem uma base de conhecimentos específicos da docência propostas por Gauthier et al. (1998) e por Shulman (1987), consideramos que a formação pedagógica de um professor compõe-se de dois elementos: a Formação Pedagógica Geral e da Formação Pedagógica Específica.

A Formação Pedagógica Geral refere-se ao conjunto de conhecimentos comuns a todo e qualquer professor, independente da área de ensino que se considere e provém do ensino ou de atividades que tratam de aspectos relativos às ciências da educação (SHULMAN, 1987). Tais conhecimentos, explicita Gauthier *et. al* (1998), ainda que não ajudem diretamente o professor a ensinar, revelam-se absolutamente indispensáveis, na medida em que informam-no a respeito de facetas de seu ofício ou da educação de um modo geral, tais como noções sobre o sistema escolar, sua administração e gestão, as políticas educacionais, os fundamentos sociais, históricos e filosóficos da educação, a evolução da própria profissão, a aprendizagem e o desenvolvimento humano (entre outros). Em síntese, trata-se de um conjunto de conhecimentos que conferem identidade e unidade ao trabalho do professor e, portanto, representam conhecimentos pouco conhecidos e/ou desconhecidos pela maioria das pessoas e membros das outras profissões, pois é o tipo de saber que permeia a maneira de o professor existir profissionalmente, é o que caracteriza a profissão de professor.

A Formação Pedagógica Específica, segunda categoria que compõe a Formação Pedagógica dos professores, é composta pelo conhecimento pedagógico do conteúdo (SHULMAN, 1987). Esta dimensão explicita-se na relação que o professor faz entre o conhecimento do conteúdo de ensino (conhecimento disciplinar) e o conhecimento pedagógico geral. É um conhecimento construído pelo professor ao ensinar e que pode ser considerado como um novo tipo de conhecimento. É o único conhecimento em que o professor é protagonista, pois é sua construção pessoal, aprendido durante sua atuação profissional e compõe-se de aportes teórico-metodológicos do Currículo e Saberes Escolares, das Orientações Curriculares Oficiais e Programações Curriculares Específicas e as Metodologias de Ensino.

Normatização legal dos cursos de licenciatura: incursão sobre a formação pedagógica

Procedida à delimitação conceitual do objeto de estudo deste trabalho, à guisa de procedimento complementar para a sua consistente abordagem, faz-se necessário inquirir as normativas legais que, historicamente, regulam a formação de professores no país sob o ponto de vista do trato conferido à formação pedagógica.

No que se refere a esse aspecto, evidencia-se que a formação de professores no Brasil, a partir da década de 1930, ocorria nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e caracterizava-se e organizava-se conforme o “esquema 3+1”, regulamentado pelo Decreto-Lei n.1190, de 04 de abril de 1939. Este decreto previa que estas faculdades oferecessem os “cursos ordinários” (com duração de três anos) que conferiam o diploma de bacharel; e aos bacharéis que concluíssem o curso de Didática (com duração de um ano), concedia-se o “diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formassem o curso de bacharelado” (BRASIL, 1939, p.11). O curso de Didática compunha-se das disciplinas de Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação (BRASIL, 1939).

A formação pedagógica, mediante esta organização, além de desarticulada da formação disciplinar e do sistema educacional em que o professor iria atuar, “coloca-se como mero apêndice das diferentes formas de bacharelados desempenhando, na prática, o papel de garantir os requisitos burocráticos para o exercício do magistério” (SCHEIBE, 1983, p.32).

Posteriormente, este ordenamento legal foi revogado pela Lei n. 4024/1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - de 20 de dezembro de 1961. Decorrente desta, o Parecer CFE 292/1962 eliminou, ao menos ao nível formal, o “esquema 3+1”, estabeleceu a

extinção do curso de Didática e determinou que os cursos de Licenciatura e de Bacharelado possuíssem o mesmo período de duração.

Ademais, estabeleceu currículos mínimos para os cursos de licenciatura, compostos das disciplinas fixadas para o bacharelado “convenientemente ajustadas em sua amplitude” e dos “estudos profissionais que habilitassem ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino médio” (BRASIL, 1962, p.95). Neste âmbito, a formação pedagógica do professor passou a compor-se das disciplinas de: Psicologia da Educação: Adolescência, Aprendizagem; Elementos da Administração Escolar; Didática e; Prática de Ensino, sob a forma de estágio supervisionado (BRASIL, 1962).

Após a aprovação da Lei n. 4024/1961, o modelo institucional de faculdade de filosofia se expandiu, tendo em vista o crescimento da demanda de Educação Básica no Brasil (DAMIS, 2002). Portanto, no final da década de 1960, houve uma tentativa (primeira) para alterar o modelo de formação inicial de professores para atender à estrutura criada pela Reforma Universitária, estabelecida mediante a Lei n. 5540/1968, de 28 de novembro de 1968.

Mediante esta lei, definiu-se que a formação de professores e de especialistas em educação, em nível superior, poderia concentrar-se em um só estabelecimento isolado ou resultar da cooperação de vários (DAMIS, 2002). Diante dessas possibilidades, ocorre que, predominantemente, nas universidades públicas e privadas a formação dos professores passou a ser função de duas unidades distintas: os Institutos de Ensino Básico e as Faculdades de Educação.

Além de possibilitar a criação de duas estruturas institucionais distintas de formação do professor - a faculdade de educação, ou de filosofia, os desdobramentos dessa lei acentuam a desvinculação entre o conteúdo específico e o conteúdo pedagógico da formação do professor, proporcionando que de um lado, os Institutos de Ensino Básico se tornassem responsáveis pelos estudos dos conteúdos específicos a serem objetos de docência e que, de outro, a Faculdade de Educação ficasse responsável pelos assuntos de cunho pedagógico, necessários à formação do professor.

Além disso, ressalta-se como dado relevante, que a Reforma Universitária instituiu o departamento como menor fração da estrutura da universidade (DAMIS, 2002) e, neste sentido, para efeitos da organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, este passou a constituir-se por disciplinas afins, potencializando assim, a nosso ver, a fragmentação institucional. Em outras palavras, na medida em que as disciplinas que compõem os conteúdos específicos e pedagógicos da docência foram distribuídas em vários

departamentos, a questão da fragmentação na formação do professor foi consideravelmente intensificada. Agravaram-se, ainda, três aspectos: a desarticulação entre a formação disciplinar e a formação pedagógica nos cursos de formação inicial de professores; a fragilidade da formação pedagógica em cursos de licenciatura e a prioridade ao conhecimento disciplinar.

Posteriormente, a lei n. 5692/1971 que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de primeiro e segundo graus, estabeleceu as habilitações mínimas ao exercício da docência nos diferentes níveis de ensino e regulamentou a Licenciatura Curta e a Licenciatura Plena (BRASIL, 1971).

Neste sentido, no que se refere à formação pedagógica, o Parecer CFE 3.484/1975 asseverava que esta constituiria parte integrante de cada curso e seria concebida como a direção didática a imprimir aos conteúdos. Posteriormente, o Parecer CFE 4873/1975 revisitou as determinações desse parecer e determinou que: “[...] a formação pedagógica vem a ser um conjunto de estudos e experiências que tornem o futuro professor capaz de criar situações didáticas para desenvolvimento da aprendizagem em determinado campo de conhecimentos” (BRASIL, 1975b, p.215). Ademais, prescreveu as seguintes disciplinas relativas à formação pedagógica para os cursos de licenciatura: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, Metodologia do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, Instrumentação para o Ensino e Prática de Ensino; e delimitou a necessidade de concomitância entre a formação pedagógica e as disciplinas relativas à área disciplinar em superação à sua superposição de disciplinas e à secundarização da formação pedagógica, consubstanciadas pelo “esquema 3+1” (BRASIL, 1975b).

Estes documentos permanecem em vigência até meados da década de 1990, ocasião na qual é homologada a lei 9394/1996 (LDBEN) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A LDBEN antecipa um processo generalizado de reforma da educação em todos os seus níveis e modalidades. No bojo deste processo são elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP 01/2002), que definem que os cursos de licenciatura devem ter terminalidade e integralidade próprias em relação aos cursos de bacharelado, constituindo-se em um projeto específico: “a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo ‘3+1’” (BRASIL, 2001, p.06).

A apresentação das competências como concepção nuclear na orientação dos cursos de licenciatura, acrescida da prescrição das “competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico” e da recomendação e/ou determinação da coerência entre a formação oferecida e a “prática esperada do futuro professor” podem evidenciar, em nosso ponto de vista, indicadores relativos à razoável preocupação destes documentos em relação à formação pedagógica dos professores.

Todavia, ressalvadas as controvérsias e discussões engendradas pela comunidade acadêmica no que se refere a estes ordenamentos legais, há que se ressaltar que, do ponto de vista da adequada valorização da formação pedagógica, da sua articulação com a formação relativa à área disciplinar e da sua operacionalização no âmbito da organização e do desenvolvimento das atividades e disciplinas dos cursos de licenciatura, essas recomendações/prescrições revelam-se consideravelmente imprecisas e genéricas. Tal evidência sugere questionarmos os limites e possibilidades colocados e/ou viabilizados por estes ordenamentos legais no tocante à formação pedagógica em cursos de licenciatura no país.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo caracteriza-se como um trabalho de pesquisa exploratório de cunho qualitativo. Para a fundamentação teórico-metodológica deste tipo de pesquisa, nos utilizamos de Gil (1996), segundo o qual a pesquisa exploratória diz respeito às pesquisas cujo objetivo é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (p.45). Tal tipo de pesquisa, consoante o autor, envolve e/ou assume - na maioria dos casos - a forma de pesquisa bibliográfica, sobretudo em consideração às fontes de informação.

No caso específico deste trabalho, trata-se de levantar fontes de informação bibliográfica (produção acadêmico-científica) cuja temática de estudo seja a formação pedagógica em cursos de licenciatura, a fim de se produzir um estado da arte referente a esta temática. O levantamento de tais fontes e a sistematização das mesmas tem servido como elemento balizador de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação da UFSM.

Para tanto, para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos como fontes de informação os trabalhos completos publicados nos Anais da Reunião Anual da ANPEd e os trabalhos completos publicados no ENDIPE compreendidos entre os anos de 2000 e de 2010.

Adotamos como critérios para seleção dos artigos a busca pela palavra-chave “formação pedagógica” e a verificação da compatibilidade entre o título e o resumo do texto com a temática em estudo.

Realizada a referida busca, utilizamos um roteiro de análise como instrumento de coleta e de organização das informações. Posteriormente, procedemos à leitura e análise dos títulos, resumos e palavras-chave destas produções acadêmico-científicas. Este roteiro de análise compôs-se de informações atinentes a autor(es), título e palavras-chave destas produções científico-acadêmicas e a questões teórico-conceituais relativas ao tema em estudo: o objetivo do trabalho, os aportes teóricos/bibliografia indicada/referenciada, o conceito de formação pedagógica e relação entre formação pedagógica e a formação relativa a área disciplinar.

Verificamos a ausência de resumos nas publicações da ANPED e em algumas do ENDIPE. Entretanto, acreditamos que esta ausência não comprometeu o trabalho visto que a leitura e análise do corpo do texto para estas publicações foi suficiente para o levantamento das informações desejadas.

Para análise dos resumos e dos textos completos das publicações utilizamos um roteiro de análise como instrumento de coleta e de organização das informações. A análise das informações fundamentou-se no objetivo, no referencial teórico desta pesquisa e nas categorias elencadas (*a priori*) para a análise: conceito de formação pedagógica e relação entre formação pedagógica e formação disciplinar.

Análise e Discussão dos Resultados

Do processo de busca acima referido, foram selecionados para análise 87 publicações da ANPED e do ENDIPE, cujo processo analítico se encontra descrito a seguir.

De maneira geral, verificamos que, consensualmente, a maioria das produções acadêmico-científicas analisadas (independentemente se caracterizadas em um ou outro grupo) aponta para um conjunto de questões que, em nosso entendimento, reflete e/ou provém das demandas oriundas da realidade concreta da formação de professores e têm justificado os estudos referentes ao tema em questão, quais sejam:

- a indicação de que a formação relativa à área disciplinar exclusivamente, não é suficiente para uma adequada formação para a docência, o que tende a ressaltar a importância da formação pedagógica para, em articulação com a primeira, afiançar tal formação;

- a histórica dicotomia entre a formação relativa à área disciplinar e a formação pedagógica no âmbito das disciplinas e atividades formativas dos cursos de licenciatura e;
- a secundarização da formação pedagógica, comparativamente à formação referente à área disciplinar.

A formação pedagógica em cursos de licenciatura está sendo abordada ou tratada de duas maneiras: na condição de categoria constitutiva do processo de formação inicial do professor e/ou no estudo de uma disciplina curricular em específico e que integra um conjunto de disciplinas curriculares incumbidas da formação pedagógica do professor (disciplinas relativas às Ciências da Educação, à Didática e ao Currículo, às Políticas Públicas Educacionais e Gestão escolar e/ou disciplinas relativas ao conhecimento pedagógico do conteúdo - Currículo e Saberes Escolares, Orientações Curriculares Oficiais e Programações Curriculares Específicas e Metodologias de Ensino).

Ainda, constatamos que a Didática representa a disciplina curricular com maior incidência de interesse de estudo e que os aportes teórico-conceituais que fundamentam tais produções acadêmico-científicas provêm de autores considerados clássicos na literatura relativa à Didática. Outro ponto característico diz respeito ao fato de que estas produções acadêmico-científicas analisam aspectos específicos destas disciplinas sem, no entanto, estabelecer relações explícitas com a formação pedagógica em cursos de licenciatura.

Verificamos ainda que os aportes teórico-conceituais relativos aos “saberes docentes” fundamentam as publicações analisadas. Desta forma, as produções de Lee Shulman, Clermont Gauthier e Maurice Tardif, respectivamente, apresentam maior incidência de referência.

Em relação à concepção de formação pedagógica, especialmente as produções que não apresentam como aporte teórico-conceitual os saberes docentes, em geral, não indicam, discutem, ou analisam um conceito/concepção de formação pedagógica. Aparentemente, tais publicações concebem-na de modo inequívoco e genérico como categoria oposta ou distinta da formação relativa à área disciplinar, ou seja, composta por um conjunto de disciplinas e atividades curriculares cuja incumbência é avaliar a formação pedagógica do licenciado. Por outro lado, constatamos que nas produções em que os saberes docentes lhes servem de referência, a produção acadêmico-científica de Lee Shulman fundamenta, predominantemente, a concepção de formação pedagógica apresentada, discutida e/ou analisada.

De tal constatação emergem as seguintes inferências: ou o marco teórico-conceitual dos saberes docentes, em parte, são os responsáveis pela crescente emergência de estudos que se preocupam em estudar a formação pedagógica em cursos de licenciatura - esta na condição de um dos componentes da base de conhecimento profissional para o ensino; ou estes representam aportes teórico-conceituais adequados às demandas de produção de conhecimento relativa a esta temática.

Majoritariamente, encontramos trabalhos de pesquisa cujo foco de estudo são diagnósticos da situação concreta da formação pedagógica em cursos de licenciatura, os quais parecem não avançar para análises situadas para além do diagnóstico de atual estado de coisas relativo a este tema.

Tal evidência corrobora as constatações provenientes da análise das informações referentes à segunda categoria de análise elencada para este trabalho, qual seja, a relação entre a formação pedagógica e a formação relativa à área disciplinar. As proposições concernentes a esta relação referem-se a indicações relativamente genéricas acerca da necessidade e da importância da articulação entre estes dois componentes da formação inicial do professor. Observamos, para tanto, alguns termos-chave que permitem caracterizar estas indicações: articulação, integração interdisciplinar, interdependência, relação dialética, equilíbrio, conexão, inter-relação, “hibridar”, aproximar e integrar, transversalização, convergência e vinculação.

Ademais verificamos que a maioria das produções acadêmico-científicas analisadas apontam para um conjunto de aspectos que, em nosso entendimento, reflete ou provém das demandas oriundas da realidade concreta da formação de professores e têm justificado os estudos referentes ao tema em questão.

Por fim, especificamente no âmbito dos trabalhos publicados nos anais da ANPED, verificamos que a maioria das produções tem se preocupado em levantar as ideias e concepções de acadêmicos e professores sobre os saberes envolvidos ou necessários a prática do professor. Observamos que há um consenso no sentido de que os saberes disciplinares se sobressaem aos pedagógicos na formação de professores.

Outro aspecto a ser considerado e que se colocou de forma recorrente em algumas publicações é o fato de a disciplina de didática ter sido colocada como a possibilidade de estabelecer conexões ou relações entre as disciplinas chamadas “específicas ou disciplinares” e as “disciplinas pedagógicas”. Com isso, admite-se que não existe conexão ou relação entre estas disciplinas no campo da formação de professores.

Por fim, apesar de reconhecer a desarticulação entre a formação disciplinar e a formação pedagógica, a maioria dos trabalhos estão centrados em conceituar ou tipificar os

QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS (QUANTITATIVO)												
	Objeto de estudo			Aporte teórico/ bibliografia principal		Delimitação o conceitual de FP		Relação FP e ADRME*		Encaminhamentos relativos a FP		
	FP (principal)	FP (secundária)	Disciplina Pedagógica	Saberes Docentes	Outras	Apresenta	Não apresenta	Indica	Não Indica	Não menciona	Menciona em nível de Constatação	Constatação e proposição
ENDIPE	15	14	28	22	35	23	34	33	24	23	23	11
ANPEd	04	05	01	04	06	04	06	08	02	02	06	02
Total	19	19	29	26	41	27	40	41	26	25	29	13

saberes e não apresentam possibilidades de vencer esta desarticulação. Pareceu-nos que ela é tomada como naturalizada.

No quadro abaixo apresentamos uma síntese quantitativa das informações, coletadas, sistematizadas e organizadas nas publicações acadêmico-científicas selecionadas para estudo.

Quadro 01: Quadro descritivo das informações coletadas. (Total de publicações: 67 trabalhos).
*ADRME – Área Disciplinar de Referência para a Matéria de Ensino.

Considerações finais

Ao finalizarmos este trabalho podemos considerar que os resultados desta pesquisa apontam para um considerável consenso presente nas produções acadêmicas analisadas, sobre os seguintes aspectos: a insuficiência do conhecimento disciplinar e a importância da formação pedagógica para uma adequada formação para a docência, a histórica dicotomia entre estes componentes nos cursos de licenciatura e, por fim, a secundarização da formação pedagógica em relação à formação disciplinar.

Evidenciamos, ainda, que as produções concentram-se tanto no estudo da formação pedagógica de modo amplo, quanto no estudo de uma disciplina em específico. Nesse último caso, tais produções concentram-se no estudo de aspectos específicos destas disciplinas sem o estabelecimento de relações explícitas com a formação pedagógica em cursos de licenciatura.

Observamos que, de modo geral, os aportes teórico-conceituais relativos aos “saberes docentes” fundamentam tais produções, todavia, de modo não-predominante. Das produções

situadas neste grupo, Lee Shulman, Clermont Gauthier e Maurice Tardif, respectivamente, apresentam maior incidência de referência. Entretanto, não foi possível identificar se as produções analisadas (em seus resumos) apresentam, discutem e/ou analisam um conceito/concepção de formação pedagógica. Nas ocasiões em que indicações e discussões a esse respeito são realizadas, sobretudo nas produções em que os saberes docentes encontram-se referenciados, a produção acadêmico-científica de Lee Shulman representa, predominantemente, a referência indicada.

Recorrentemente, as produções acadêmico-científicas analisadas apresentam, como foco de estudos, diagnósticos da situação concreta da formação pedagógica em cursos de licenciatura. Em nosso ponto de vista, esta constatação permite considerarmos que se, por um lado, a concentração das produções acadêmico-científicas nestes diagnósticos tem propiciado relativos avanços no âmbito do processo de reconhecimento do atual estado de coisas relativo à formação pedagógica em cursos de licenciatura, por outro, a análise e a proposição de possibilidades para a superação deste panorama parece constituir uma demanda ainda a ser suprida por tais produções.

Tais resultados permitem considerarmos que a formação pedagógica em cursos de licenciatura representa uma temática de pesquisa em vias de consolidação que, no âmbito da produção acadêmico-científica relativa à formação de professores, vem adquirindo considerável importância.

Referências

BRASIL. Decreto-lei n. 1190, de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=6444&tipoDocumento=D&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 26 mai. 2011.

BRASIL. Parecer n. 292/1962, de 14 de novembro de 1962. Fixa a parte pedagógica dos currículos mínimos relativos aos cursos de licenciatura. Documenta, Rio de Janeiro, n.10, p.95-101, dez.1962.

BRASIL. Lei n. 5962/1971, de 17 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692imprensa.htm>. Acesso em: 26 mai. 2011.

BRASIL. Parecer CFE 3484/1975, de 04 de setembro de 1975. Estudos Superiores de Educação - Habilitação e Cursos de Graduação - Indicação n.º. 67/75, aprovada em 4/9/75. In: BRASIL. Legislação e normas da educação pré-escolar. Brasília: Ministério da Educação e da Cultura, 1975a. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002418.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

BRASIL. Parecer n. 4873/1975, de 04 de dezembro de 1975. Formação pedagógica das licenciaturas. Documenta, Rio de Janeiro, n.181, p.212-228, dez. 1975b.

BRASIL. Parecer CNE/CP 009/2001, de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001. Disponível em: <http://proeg.ufam.edu.br/parfor/pdf/parecercne_cp_09_2001%20diretrizes%20curriculares%20nacionais.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2011.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2011.

DAMIS, Olga Teixeira. Formação pedagógica do profissional da educação no Brasil: uma perspectiva de análise. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Formação de professores: políticas e debates. Campinas: Papirus, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 20.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GARCIA, Carlos Marcelo. Formação de professores: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

GAUTHIER, Clermont, et al. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Tradução Francisco Pereira de Lima. 3.ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo/BR: Atlas, 1996.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Analisando saberes da profissão: formadores de professores, casos de ensino e construção de conhecimento pedagógico de conteúdo. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 10., 2000, Rio de Janeiro: 2000. Anais... (CD-ROM).

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. 'Aprendizagem da docência: algumas contribuições de L. S. Shulman'. Educação - Revista do Centro de Educação, Santa Maria, v.29, n.2, p.33-49, 2004.

MONTERO, Lourdes. A construção do conhecimento profissional docente. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Tradução Patrícia Cittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Professores; identidades e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHEIBE, Leda. A formação pedagógica do professor licenciado: contexto histórico. Perspectiva, Florianópolis, v.01, n.01, p.31-45, 1983.

SHULMAN, Lee S. Knowledge and Teaching: Foundations of the New Reform. Harvard Educational Review, Cambridge, v.57, n.1, p.1-22, 1987.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.